



□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Recolha de materiais recicláveis

A “redução de resíduos a partir da fonte e recolha de materiais recicláveis” é uma política relevante do Governo para o tratamento dos resíduos sólidos, mas diz-nos o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau - 2019” que a quantidade produzida nos últimos dez anos não tem parado de subir, nesse ano atingiu mesmo a média de 2,24 quilogramas *per capita*, o que merece a atenção do Governo.

O Governo afirmou que ia ampliar o centro de incineração de resíduos sólidos, para aumentar a sua capacidade, mas, na verdade, tal não passa de uma solução paliativa e não radical, porque para aumentar a eficiência da recolha exige-se uma maior consciência sobre a importância da protecção ambiental. Na verdade, desde que o País apertou as exigências relativamente à importação de materiais recicláveis, a situação modificou-se por completo em Macau, pois o sector da reciclagem de papel, devido às dificuldades com que se depara na exportação, está em grandes apuros, pondo-se até em causa a sua subsistência. Basicamente, há que arranjar espaço para armazenamento. Com o franco desenvolvimento do comércio electrónico e dos serviços de entrega expresso, são cada vez mais as caixas de papelão, portanto, espera-se que o Governo encare, com frontalidade, a situação, e apoie o desenvolvimento do sector.

Nestes últimos anos, o Governo tem apregoado o princípio do “poluidor-pagador”, mas não passa das palavras à acção, em 2016, promoveu-se um estudo sobre a taxa a cobrar pelos resíduos domésticos, mas, até à data, nada ainda se sabe sobre os



□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

seus resultados. Por outras palavras, não se deve depender unicamente do centro de incineração de resíduos sólidos, há sim que definir um conjunto de estratégias para o tratamento dos resíduos sólidos, que passem não só pelo reforço das acções de sensibilização e divulgação sobre a redução do uso de plástico, mas também pela revisão da actual forma de recolha selectiva de resíduos, pela análise das experiências colhidas na redução do plástico e pelo estudo sobre a cobrança de taxas para a recolha selectiva de resíduos.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Para além do alargamento dos apoios no âmbito do “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos e Veículos para o Sector de Recolha de Resíduos”, de que outras medidas dispõe o Governo para apoiar o sector que está a enfrentar graves dificuldades? Vai considerar, tendo como referência as práticas das regiões vizinhas, construir uma fábrica de reciclagem de papel para reutilização?
2. Para implementar a política do “poluidor-pagador”, há que definir um conjunto de estratégias respeitantes à divulgação e sensibilização e à calendarização do processo legislativo. Há planos sobre tudo isto? As regiões vizinhas lançaram sucessivas medidas para a recolha selectiva de resíduos. O Governo dispõe de algum plano semelhante?

27 de Novembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Si Ka Lon